

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

KAUANY SOARES MOTA

**ENTRE O *MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA* E AS CARTILHAS
ESCOLARES DO DIP: EDUCAÇÃO E NACIONALISMO (1930 - 1945)**

UBERLÂNDIA

2023

KAUANY SOARES MOTA

**ENTRE O *MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA* E AS CARTILHAS
ESCOLARES DO DIP: EDUCAÇÃO E NACIONALISMO (1930 - 1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como exigência parcial para obtenção do Título de Graduação em História - Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Newton Dângelo

UBERLÂNDIA

2023

**Entre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e as cartilhas escolares do DIP:
educação e nacionalismo (1930 - 1945)**

Kauany Soares Mota

Resumo

O governo Vargas (1930-45) ficou marcado pelo mote da busca pela renovação da república, que almejava sua unificação nacional e a construção de uma identidade e projeto nacionais que, juntos, levariam à modernização brasileira. Nesse sentido, os objetivos mais amplos para o Brasil se apresentaram como propósitos da educação, fazendo com que ela operasse como instrumento de poder para formar a sociedade idealizada pelos setores intelectuais e, posteriormente de modo ainda mais profundo, pelo governo, sendo essa, cívica, patriótica e moderna. À vista disso, o presente trabalho tem o propósito de analisar a relação do projeto de educação nacionalista que é estabelecido entre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo* e as cartilhas escolares *A Juventude no Estado Novo* e *Getúlio Vargas, o amigo das crianças*, produzidas e distribuídas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), às escolas, entre os anos de 1940 e 1945. Procura-se, nesta pesquisa, refletir, portanto, de que maneira esses projetos nacionalistas estão, ou não, articulados? Por que elegem a educação como foco de seus projetos? Se estão pensando na regeneração/renovação do Brasil, que sociedade e nação estão pretendendo formar?

Palavras-chave: Nacionalismo, Educação, Manifesto dos Pioneiros, Estado Novo, Cartilhas Escolares.

**Between the *Manifest of the Pioneers of New Education* and the DIP school booklets:
education and nationalism (1930 - 1945)**

Abstract

The Vargas government (1930-45) was marked by the motto of the search for the renewal of the republic, which aimed at its national unification and the construction of a national identity and project that, together, would lead to Brazilian modernization. In this sense, the broader objectives for Brazil were presented as purposes of education, making it operate as an instrument of power to form the society idealized by the intellectual sectors and, later, in an

even more profound way, by the government, this being, civic, patriotic and modern. In view of this, the present work has the purpose of analyzing the relationship of the nationalist education project that is established between the *Manifest of the Pioneers of New Education (1932): The educational reconstruction in Brazil - to the people and the government* and the school booklets *Youth in the New State* and *Getúlio Vargas, the friend of children*, produced and distributed by the Department of Press and Propaganda (DIP), to schools, between 1940 and 1945. This research seeks to reflect, therefore, on how these nationalist projects are articulated or not? Why do you choose education as the focus of your projects? If they are thinking about the regeneration/renewal of Brazil, what society and nation are they intending to form?

Keywords: Nationalism, Education, Manifest of the Pioneers, New State, School Booklets.

Introdução

Durante todo o governo Vargas (1930-45), a educação se apresentou como um campo de disputas tanto aos grupos interessados em mudanças para a sociedade quanto àqueles que desejavam manter uma hegemonia. O papel desempenhado pela educação é, sempre, estabelecido a partir da relação dela com as esferas ideológicas, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade. Refletindo a partir disso, a pesquisa objetiva analisar a relação do projeto de educação nacionalista¹ que é estabelecido entre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo* e as cartilhas *A Juventude no Estado Novo* e *Getúlio Vargas, o amigo das crianças*, produzidas e distribuídas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), às escolas, entre os anos de 1940 e 1945.

No período analisado, o grande lema destacado pelos setores intelectuais (que estiveram à frente da produção do *Manifesto dos Pioneiros*) e que foi incorporado por Getúlio Vargas

¹ O nacionalismo (conceito central neste trabalho) é compreendido a partir da perspectiva de Benedict Anderson (2008) que define o nacionalismo e a nação como uma comunidade imaginada (sobretudo politicamente), que formula um tempo e uma história hegemônicos e “entende a política como exercício exclusivo dos mandatários e poderosos, possui uma legitimidade emocional profunda; pauta-se pela ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma seleção (...)” (ANDERSON, 2008, p. 10). Nesse sentido, o nacionalismo durante o governo de Getúlio Vargas, atuou na tentativa de criação de uma nação brasileira, formulando sua narrativa histórica e buscando homogeneizar o povo a uma só cultura, sociedade e identidade. O Estado, nessa perspectiva, assumiu a responsabilidade de formação da nacionalidade e direção do povo (ABUD, 1998) na definição e inserção dos valores cívico-patrióticos, necessários à civilização e desenvolvimento do Brasil que, simultaneamente, forjava a nação, a identidade brasileira e servia como instrumento de conformidade das classes.

(sobretudo no Estado Novo), era o da regeneração da República, almejando sua unificação nacional e a construção de uma identidade e de um projeto nacionais que levariam à modernização brasileira. Nesse sentido, os objetivos mais amplos para o Brasil se apresentaram como propósitos da educação, fazendo com que ela operasse como instrumento de poder, utilizado para a formação da sociedade idealizada, cívica, patriótica e moderna. A busca pela formação de uma identidade nacional que objetivava formar o “novo homem” (moldado por essa identidade) para a nação, que também se fazia nova, fundamentaram o projeto de educação para o Brasil, esboçado pelo *Manifesto dos Pioneiros* e pelas cartilhas escolares produzidas pelo DIP.

O *Manifesto*, que por diversas vezes é tratado em outros trabalhos como um documento “quase oficial”², vinculado ao Estado, foi analisado neste trabalho como um impresso, na medida em que no momento de sua produção foi publicado nos jornais de circulação da época, a fim de convencer povo e governo a abraçarem o seu projeto para a educação no país. Não se referia, portanto, num primeiro momento, a um sistema educacional consolidado, mas de uma expectativa de consolidação de um currículo nacional. As cartilhas, do mesmo modo, tratam-se de impressos fabricados e distribuídos pelo DIP, entretanto, com uma peculiaridade: a de terem sido produzidas para as crianças nas escolas, funcionando, também, como um material didático do período.

Sendo assim, a pesquisa analisou a relação entre o projeto de nacionalismo na educação, que é estabelecida entre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), e as cartilhas escolares *A Juventude no Estado Novo* e *Getúlio Vargas, ao amigo das crianças*, refletindo-se nas seguintes problemáticas: de que maneira esses projetos nacionalistas se articulam ou não? Por que elegem a educação como o foco desses projetos? Se estão pensando na regeneração/renovação do Brasil, que sociedade e nação estão pretendendo formar?

Para o problema da fragmentação, o projeto de renovação: nasce o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932)

A compreensão dos fundamentos do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) e aquilo que ele almejava para a educação e para a sociedade brasileiras no período, exige a

² Um exemplo de trabalho que segue uma linha “quase oficial” na leitura do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932,) presente na bibliografia deste artigo, trata-se do texto **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas** (2010) de João Cardoso Palma Filho, que abordará o *Manifesto* a partir da perspectiva de políticas públicas educacionais, com foco na presença de grande parte dos aspectos deste documento na Constituição de 1934.

retomada de algumas questões latentes na década de 1920, interligadas às transformações culturais e à mobilização de intelectuais até a redação do *Manifesto*, em 1932.

Os anos 1920 foram marcados por uma profunda crise da República Oligárquica e de suas instituições devido a duas razões principais: a questão da modernização e da democratização, que pressupunham o progresso do Brasil caminhando no sentido dos países europeus (levando em conta aspectos econômicos - visando a industrialização -, políticos e culturais) e, ao mesmo tempo, a participação popular na política e no acesso, por exemplo, a cargos públicos. Todavia, essa promessa que caminhou junto com a Proclamação da República não foi cumprida. O país não se modernizava da maneira esperada e o governo liberal sob domínio das elites oligárquicas de caráter excludente, despertavam o descontentamento da população em geral - sobretudo da crescente burguesia, das classes médias brasileiras e dos setores intelectuais.

Na Semana de Arte Moderna de 1922, os intelectuais deixaram claro sua insatisfação³. Para esses intelectuais, seria a falta de um sentimento, de uma identidade, de uma unidade nacional, a principal causa do atraso do país. Ele era, ainda, muito fragmentado em todos os seus aspectos. As regiões se sobressaíam sobre o todo do país e, isso, associado ao seu arcaísmo - devido à dominação das oligarquias - atrasavam o seu progresso. Faltava, portanto,

uma autêntica consciência nacional, um projeto histórico único, capaz de substituir o heterogêneo pelo uno e indivisível, na medida em que a administração eficiente e a regularidade - o ritmo - são incompatíveis com o irregular, assimétrico e, principalmente, móvel. (MONARCHA, 1990, p. 47)

O diagnóstico era de que a República Oligárquica seria a grande culpada do atraso e dos problemas do país, visto que ela não foi capaz de engendrar essa unificação e, conseqüentemente, a modernização. Com isso, o fazer moderno dos intelectuais pós Semana de Arte Moderna, ao longo dos anos 1920, esteve atrelado a pensar reformas para a constituição da “nação moderna”, na tentativa de superar o atraso do país. Nesse sentido, não só a produção cultural da intelectualidade esteve voltada para a construção dessa unidade, mas destacavam a

³ É importante ressaltar que os intelectuais já demonstraram um anseio por mudanças no mundo político e intelectual desde a década de 1870, com o nascimento do movimento literário modernista, cujos autores que fizeram parte do movimento (como Tobias Barreto, Silvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha) ficaram conhecidos como “a geração de 1870”. Como demonstrou Mônica Pimenta Velloso (2006), o modernismo no Brasil foi um processo/movimento contínuo que, desde 1870, a intelectualidade, buscou mudar esse quadro de atraso para integrar o país ao contexto internacional, de modernidade, progresso e civilização, utilizando como arma, o instrumento científico (p. 355). A diferença, na década de 1920, é que, com o final da Primeira Guerra Mundial, se torna clara a tentativa de se buscar organizar a nacionalidade a partir do Estado. A missão do intelectual se estende da arte para uma efetiva atuação no Estado a fim de construir a nova nação e sistematizar a ideia da identidade nacional.

educação como um meio definitivo para a consolidação da identidade nacional e construção de uma sociedade brasileira civilizada e produtiva.

É nessa perspectiva que se dá, em 1932, a produção do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, intitulado “*A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo*”. No que tange à educação, é possível afirmar que o *Manifesto* é o amadurecimento de todo esse ideário que vinha sendo construído no decorrer dos anos 1920, com as reformas regionais de ensino e a criação da ABE – Associação Brasileira de Educação – em 1924, quando predominou a busca por um Brasil Novo e a participação dos setores intelectuais nessa “missão”, ao apontar, justamente, para a reconstrução do Brasil via educação. O descontentamento com a República Oligárquica e a maneira que ela conduziu o país antes da “Revolução de 1930”⁴ - que marca seu fim-, é demonstrada já na primeira página do *Manifesto*, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de unificação do Brasil, em todos os seus aspectos:

se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. (*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*, 2006, p. 188)⁵

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)* foi formulado em um momento de efervescência no Brasil, marcado pelas mudanças advindas das movimentações políticas que levaram à Revolução de 1930 - que trouxe Getúlio Vargas à presidência -, associada ao processo de industrialização no país, bem como a busca por um Brasil que se fizesse novo e moderno.

⁴ Apesar do presente artigo fazer uso do termo “Revolução de 1930” ao longo do texto, vale ressaltar que a opção por revolução e não por golpe de 1930, no artigo, se dá somente em razão deste momento ser conhecido “popularmente” como tal e das referências bibliográficas da pesquisa manterem o termo revolução para se referir à mudança de poder ocorrida em 1930. A ideia da entrada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, enquanto revolução é, na realidade, a construção de um discurso de poder que, segundo Edgar de Decca (2004), “representa uma estratégia de dominação para apagar outras propostas políticas que se expressaram no interior da luta de classes” (p. 74). Nesse sentido, “Como uma memória histórica, a Revolução de 30 legitima o exercício do poder ao definir o campo simbólico através do qual todo o social deve se homogeneizar” (Idem, p. 73), ocultando a luta de classes, as propostas e agentes de diferentes grupos que, naquele momento, também descontentes com a República Oligárquica, formularam seus projetos para mudar o cenário político, econômico, social e cultural brasileiros. A chamada Revolução de 1930 foi, na verdade, um golpe a um poder que, naquele período, apesar dos descontentamentos, era legítimo dentro da constituição. Por conseguinte, a construção de sua memória histórica enquanto uma revolução coloca o discurso dos dominantes, ou seja, dos vencedores (daqueles que conseguiram engendrar seu projeto no Estado), como real.

⁵ O documento analisado aqui, é uma republicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, que atendeu à originalidade de seu texto, tal qual a publicação encontrada em jornal presente adiante neste artigo. A referência completa da fonte se trata de: O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) - A RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL - AO POVO E AO GOVERNO. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. especial, p.188-204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf.

Em relação ao campo educacional, as transformações já vinham ocorrendo desde 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior em 1931. Ao mesmo tempo, as disputas em torno do projeto/pedagogia educacional que iria definir os rumos da educação no país, na constituição (outorgada em 1934), se acirraram. A Igreja Católica e a Escola Nova disputavam espaço na definição dos rumos da educação. Segundo Filho (p. 05, 2010), essas disputas,

(...) concentravam-se, basicamente, ao redor de quatro pontos:

- Obrigatoriedade para todos do ensino elementar.
- Gratuidade desse mesmo ensino.
- Currículo escolar laico.
- Coeducação dos sexos.

O *Manifesto dos Pioneiros* foi um resultado dessas disputas, fazendo parte do movimento que ficou conhecido como escolanovista e que englobou uma série de projetos e reformas educacionais ao longo dos anos 30. A Escola Nova, era formada por uma variada “classe de intelectuais” (médicos, educadores, literatos, etc.), revelando-se como “uma nova pedagogia social, cujo objetivo era a construção do homem novo e da boa sociedade, articulando educação e democracia como estratégia de moralização das “classes perigosas”” (MONARCHA, 1990, p. 17). O escolanovismo não só propunha, como era enxergado por seus agentes, “como uma corrente em busca de “regeneração nacional” a ser feita pela educação” (DÂNGELO, 2020, p. 18) de modo, também, a estender seu raio de alcance para esferas extraescolares, dialogando com outras produções culturais⁶, como rádio, cinema, teatro e a imprensa em geral.

Nesse sentido, “O *Manifesto* não é apenas um documento preocupado em estabelecer um diagnóstico do quadro educacional brasileiro. Há nele uma proposta de criação de um sistema nacional de educação” (FILHO, p. 06, 2010) que indica novos rumos ao ensino no Brasil, buscando romper com a educação tradicional, conservadora, religiosa e elitista (segundo os próprios pioneiros, no *Manifesto*), que reinava sobre o país, até então. Este documento, nesse contexto, sintetizava

as aspirações reformadoras que vinham se processando desde o final da Primeira Guerra. É apontado como marco-síntese na história da “evolução das

⁶ Em diversos momentos do manifesto, é ressaltada a necessidade de preparo das forças culturais para o desenvolvimento do Brasil e da necessidade da arte e da cultura estarem articuladas ao projeto educacional que, diz respeito, também, ao projeto da nação. Um exemplo da defesa da necessidade dessa conexão se dá no trecho “A arte e a literatura tem efetivamente uma significação social, profunda e múltipla; a aproximação dos homens, a sua organização em uma coletividade unânime, a difusão de tais ou quais ideias sociais, de uma maneira “imaginada”, e, portanto, eficaz, a extensão do raio visual do homem e o valor moral e educativo conferem certamente à arte uma enorme importância social” (*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*, 2006,197) sendo, justamente, em razão dessa significação social que exerce, que precisa caminhar concomitantemente ao projeto de educação nacional, a fim de potencializar a civilização do Brasil.

ideias pedagógicas” e testemunho da militância dos “educadores profissionais” e demais intelectuais que exigiam uma tomada de posição firme e abrangente por parte do Governo Provisório que se apresentava conforme Fernando de Azevedo, “hesitante entre os diversos caminhos a seguir” (MONARCHA, 1990, p. 94).

Contudo, apesar de buscar fundamentar um sistema educacional que deveria ser incorporado pelo Estado, e por se apresentar como esse marco-síntese da evolução das ideias pedagógicas, o *Manifesto* não deixa de ser um impresso. Ele manifesta os anseios e desejos dos pioneiros em relação ao futuro da educação no Brasil, como reação, tanto à disputa contra a Igreja Católica e a educação religiosa⁷, como, pressão ao governo para atender às reivindicações desses grupos de intelectuais que se colocaram a favor da Revolução de 1930, apoiando Vargas. Assim como outros manifestos divulgados na primeira metade do século XX, este foi publicado pela imprensa, mais especificamente, nos jornais, circulando em diferentes regiões do país, a fim de alcançar o governo e o povo em favor das demandas defendidas pelos pioneiros em relação ao projeto de educação que propunham.

FIGURA 01: *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): “A Reconstrução Educacional no Brasil - ao povo e ao governo”* publicado no Jornal Diário de Pernambuco, de 23 de março de 1932, na capital do Estado, Recife.



FONTE: Biblioteca Nacional Digital (2023).

⁷ Vale ressaltar que, apesar da Escola Nova e do *Manifesto dos Pioneiros* projetarem um sistema educacional que se colocava contra a proposta da Igreja Católica para a educação, é possível observar muitos aspectos da moral cristã presentes em suas proposições para o sistema de ensino e para a sociedade brasileira, uma vez que os valores apresentados pelo *Manifesto* a serem incorporados nas escolas e nos cidadãos brasileiros (como a valorização do trabalho e a disciplina - aspectos que serão aprofundados adiante) dizem respeito, também, à moral cristã. Nessa perspectiva, há uma linha muito tênue entre oposição e aproximação presentes na disputa pela definição dos rumos do campo educacional, ao longo de todo governo Vargas.

FIGURA 02: Divulgação, no jornal *Gazeta Popular*, do dia 19 de março de 1932, à respeito da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) “*A Reconstrução Educacional no Brasil - ao povo e ao governo*”, no *Jornal do Comércio*.



FONTE: Biblioteca Nacional Digital (2023).

Essa movimentação se deu por meio da imprensa porque a estratégia era a de utilizar o seu poder de convencimento para formar uma opinião pública em favor das reivindicações do *Manifesto*. Apesar do Brasil ainda ser composto majoritariamente por iletrados, a imprensa, no Brasil, apresentava-se como “um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral” (MOREL *in* MARTINS; LUCA, 2013, p. 33).

O projeto de renovação incorporado ao Estado Novo: o DIP e as cartilhas escolares *A Juventude no Estado Novo* e *Getúlio Vargas, o amigo das crianças*

Do mesmo modo que não há como falar do *Manifesto dos Pioneiros de 1932* sem falar da década de 1920, não há como falar de Estado Novo e o contexto de produção das Cartilhas *A Juventude no Estado Novo* e *Getúlio Vargas, o amigo das crianças* sem tratar, de maneira mais atenta, da relação entre Estado, os intelectuais (como classe que produz o *Manifesto*) e Getúlio Vargas.

Como foi demonstrado anteriormente, a intelectualidade brasileira pós-Semana de 1922 atrelou o seu fazer intelectual à missão de reconstrução do Brasil, a fim de superar o seu atraso

e levá-lo à modernidade, apontando, sobretudo, para o problema da fragmentação do país. Essa fragmentação impedia, para eles, a constituição da nação moderna, na medida em que, na perspectiva desses intelectuais, se o brasileiro passasse a se sentir brasileiro, passaria, então, a pensar de maneira moderna e, com isso, se tornaria moderno. Isto é, para eles, o pensar de maneira moderna estava associado a um sentimento nacional que, conseqüentemente, configuraria num vir a ser. Nesse sentido,

buscando o “brasileiro”, recoloca com muita força a preocupação com o nacional e o tema popular. Esse impulso se desdobra na Revolução de 30 e no Estado Novo, implementando um padrão de produção cultural que vai politizar a produção cultural como jamais ocorrera na história do país, trazendo à tona uma identidade intelectual que se define pela tentativa de construir, como se fossem termos intercambiáveis, a nação, o povo e o moderno. E que faz do Estado o desagudouro de todas as suas inquietações. (LAHUERTA, 1997, p. 95)

Sendo assim, “perante uma realidade fragmentada e insubordinada, os homens cultos refugiaram-se na ideia de que o Estado era a única entidade capaz de redimensionar a sociedade” (MONARCHA, 1990, p. 43) e efetivar a regeneração da República, eliminando o atraso econômico e social e centralizando a administração do país, ao tratar das questões em âmbito nacional, e não mais de modo fragmentário e regionalizado. Posto isto, após a Revolução de 30, Getúlio Vargas, à frente do governo provisório - e, do Estado Novo a partir de 1937-, dá início a uma série de ações e projetos que visavam fazer o Brasil avançar em seus variados aspectos, indo, portanto, de encontro àquilo que, de certo modo, os setores intelectuais almejavam. O Estado, dessa maneira, passou a assumir o papel de realizador das reformas necessárias à unificação do Brasil e da construção deste, enquanto nação. É até em razão desse papel que assume o Estado, que o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* é produzido e estampado nos jornais, com o propósito de adquirir apoio da população para convencer o Estado a aderir ao sistema educacional proposto pelos pioneiros escolanovistas.

Assim sendo,

Desde 1930, a política educacional no Brasil visava o estabelecimento de uma educação nacional. No projeto de Estado Nacional Centralizado, a educação inseria-se na proposta de formação de uma identidade nacional, na construção da “brasilidade”, visando formar física e mentalmente o “novo homem” para um novo Estado. (LORENZ; VECHIA, 2016, p. 04)

O Estado Novo enraizou essa ideia ao seu projeto político-ideológico, de modo que seu aparelho estatal “por sua vez, imbuído de uma função ética, visava elevar a população a um nível intelectual e moral que correspondesse ao avanço da industrialização e da modernização” (GOULART, 1990, p. 21). Todo esse projeto de renovação foi, na Ditadura Vargasista,

centralizado e incorporado pela sua agenda, transformando-se também, em aparelhamento de controle do Estado que fundiu, a si mesmo, a ideia de nação e a autoridade de seu chefe. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁸ foi, nesse sentido, o órgão de maior destaque, na medida em que

exerceu amplas funções, utilizando e controlando o cinema, o rádio, a imprensa, a literatura social e a política. No esforço de sanear as mentes e calar os inimigos do regime, proibiu-se a entrada no Brasil de publicações “nocivas aos interesses brasileiros”. Alguns dos valores mais caros ao Estado Novo - o nacionalismo, a valorização do trabalho - foram promovidos de inúmeras formas, por meio de jornais, revistas, noticiário cinematográfico ou músicas populares, encomendadas pelo regime. (FAUSTO, 2013, p. 103)

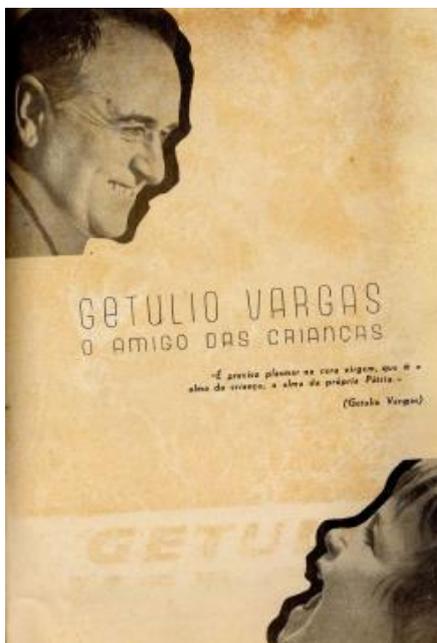
O DIP atuava, portanto, como órgão de controle que sistematizava e reproduzia o pensamento filosófico e político do Estado Novo diante dos meios de imprensa e cultura, ao mesmo tempo que censurava tudo aquilo que se apresentasse como nocivo ao governo e a figura de Vargas. Todavia, muito além disso, exercia uma função educativa e pedagógica que operava na tentativa de inculcar na população um modo de ser. É nessa perspectiva que, reconhecendo a relevância da educação para a regeneração do país e massificação dos ideais estadonovistas, que o DIP se articulou às demandas educacionais que visavam a unificação e modernização brasileiras. Com isso, foram produzidas e distribuídas às escolas, por esse órgão, entre os anos de 1940 e 1945, as cartilhas *Getúlio Vargas, o amigo das crianças* e *A Juventude no Estado Novo*. Estas, se caracterizavam por ser um impresso com aspectos próximos aos de uma revista que não é, somente, informativa, mas, também, educativa, compondo, de certa forma, os “materiais didáticos obrigatórios” do período.

A cartilha *Getúlio Vargas, o amigo das crianças* possui 32 páginas que articulam um texto de linguagem simples, acessível e direta, a trechos de discursos realizados por Vargas em diversos momentos de sua atuação política, acrescidos de fotografias que trazem, em sua maioria, a imagem de Vargas atrelada às crianças. Por sua vez, a cartilha *A Juventude no Estado Novo* é toda composta por trechos tanto de discursos quanto entrevistas concedidas por Vargas à imprensa, complementadas com ilustrações que aparecem para reafirmar/enfatizar o conteúdo do texto. Devido a isso, as cartilhas se aproximam da sua “cara” de revista, ao passo que, tal

⁸ O DIP foi criado em 27 de dezembro de 1939, pelo decreto-lei nº 1.915 a fim de elucidar a “opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira” (GOULART, 1990, p. 62). Esse órgão foi uma maneira de legitimar o Estado Novo pela propaganda, sobretudo pelos meios da imprensa (jornais, revistas, rádio, cinema e teatro), aperfeiçoando, assim, os meios de intervenção do Estado, principalmente por meio do aparato cultural. De certa maneira, toda a política Varguista desse período perpassava por alguma esfera de atuação do DIP que ia, por exemplo, desde a imprensa tradicional (interna e externa ao Brasil) ao turismo no país.

qual as revistas, possuem um “caráter de leitura ligeira e amena, acrescido do recurso da ilustração” (MARTINS *in* MARTINS; LUCA, 2013, p. 63) que, por sua vez, “adequam-na ao consumo de uma população sem tradição de leitura, permitindo a assimilação imediata da mensagem” (*Idem*). Nesse caso, a população sem tradição de leitura, diz respeito às crianças.

FIGURA 03: Capa cartilha *Getúlio Vargas o amigo das crianças*.



FONTE: CPDOC/FGV, acervo digital (2023)

FIGURA 04: Capa Cartilha *A Juventude no Estado Novo*.



FONTE: CPDOC/FGV, acervo digital (2023)

Contudo, essas cartilhas não se tratam, somente, de simples impressos. Elas representam mais que isso, visto que integraram o currículo escolar do Estado Novo, ao terem sido produzidas especificamente para as escolas. O fato de se originarem do DIP, ressalta a ideia de que são materiais que se articulam não só à política de escolarização primária como ao projeto político mais amplo adotado pelo regime Vargas. Por conseguinte, enquanto parte de um direcionamento didático nas escolas e produto do DIP, não se deslocam do contexto mais amplo da sociedade daquele período, seja ele político ou cultural. Os objetivos do Estado Novo em relação à nação e à sociedade brasileiras não se desconectam de seus objetivos para a educação - sobretudo porque buscam forjar uma identidade de reconhecimento do sujeito a partir da nação, expressando valores que se almejam introjetar no povo.

O nacionalismo como renovação, a educação como projeto nacionalista: entre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) e as cartilhas escolares do DIP

Como foi possível perceber, o Estado, da Revolução de 1930 em diante, com a figura de Getúlio Vargas como chefe, incorporou as demandas e expectativas que foram colocadas em cena pelos setores intelectuais, ao seu programa de governo. Sobretudo a partir de 1937, com o início do Estado Novo, “A perspectiva de realizar a obra de “civilização” e a construção da nação colocam-se como obra estatal que, por sua vez, reivindica a tutela permanente sobretudo que não se enquadre num restrito conceito de “civilização” e numa limitada ideia de “nação”” (LAHUERTA, 1997, p. 105). É nesse contexto e em razão dessas demandas, como demonstrou Silvana Goulart (1990, p. 16, 17) que a educação (tanto quanto a propaganda), passou a funcionar como instrumento de poder que visava adaptar o homem à nova realidade, sendo por isso de papel fundamental no projeto estadonovista.

No entanto, para além desses aspectos que interligam o contexto que desemboca na elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, pelos setores intelectuais, e das cartilhas escolares *Getúlio Vargas, o amigo das crianças* e *A Juventude no Estado Novo*, entre 1940-45, pelo DIP, em que medida seus projetos nacionalistas para a educação estabelecem uma relação?

O primeiro aspecto que precisa ser destacado é o fato de, no *Manifesto dos Pioneiros* chamar atenção para a compreensão desses intelectuais, de que o Brasil não possuía uma “cultura geral”, quiçá uma “cultura própria”. Essa ausência seria advinda da dificuldade de formação de uma unidade nacional e pelo seu atraso em relação aos países industrializados europeus. A inexistência dessa cultura própria da nação seria a causa e consequência da falta

de determinação dos fins da educação em seu aspecto filosófico, social e técnico. Defendiam, portanto, a criação da Escola Única, caracterizada por um projeto nacional de educação para escolas públicas e particulares de todo o país, cuja finalidade giraria em torno de fundamentar nos educandos uma concepção de vida, um ideal que se interligaria ao programa nacional mais amplo do país.

Para formar o “Brasil novo” e o “homem novo” para o Brasil, o sistema educacional proposto pelo *Manifesto* elegeu valores que, segundo o próprio documento, deveriam ser valores permanentes para a modernidade, para a nação, para o trabalho e para a educação, já que “elevam a alma, enobrecem o coração e fortificam a vontade, dando expressão e valor à vida humana” (*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*, 2006, p. 192). Estes correspondem ao trabalho, à solidariedade social, à cooperação, à consciência social, ao espírito de justiça, de renúncia e de disciplina. Entre os valores permanentes, aquele que o *Manifesto* elege como o de maior importância se refere ao do trabalho, ao afirmar que este “foi sempre a maior escola de formação da personalidade moral, não é apenas o método que realiza o acréscimo da produção social, é o único método suscetível de fazer homens cultivados e úteis sob todos os aspectos” (*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*, 2006, p. 192).

Segundo Dângelo (2020, p. 28), “Nesse contexto, a educação se tornava espaço privilegiado para a reprodução e assimilação do trabalho organizado em bases científicas, carregado de valores morais e tecnicamente produtivo”. Diante do desejo e do esforço do Estado para a industrialização do país, o trabalho se tornou um meio de regenerar a nação, ao mesmo tempo que se apresentou como sinônimo de realização moral. Era ele que tornaria o homem regenerado, civilizado, à altura da nação brasileira. Este também se conectava ao valor da disciplina, uma vez que ela seria imprescindível para a produtividade do trabalho e ao mesmo tempo uma consequência dele - e que deveria estar presente, do mesmo modo, na educação. Nesse sentido,

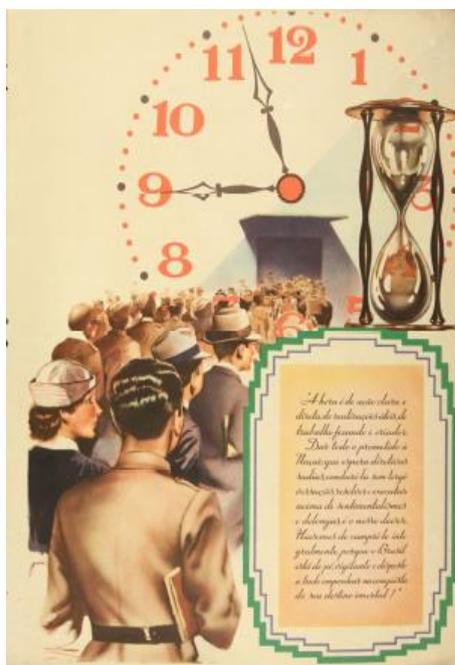
A escola nova, que tem de obedecer a esta lei, deve ser reorganizada de maneira que o trabalho seja seu elemento formador, favorecendo a expansão das energias criadoras do educando, procurando estimular-lhe o próprio esforço como o elemento mais eficiente em sua educação e preparando-o, com o trabalho em grupos e de todas as atividades pedagógicas e sociais, para fazê-lo penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade que proveio e em que vai lutar. (*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*, 2006, p. 196)

Estavam associados, por conseguinte, nacionalismo, educação e trabalho, sendo a educação o meio de se preparar para o trabalho e juntos promovendo os fundamentos para o progresso e formação da nação cívica-patriótica.

A cartilha *A Juventude no Estado Novo*, expressa, plenamente, esses ideais presentes no *Manifesto*, que trazem o trabalho como o valor maior, como elemento formador da nação brasileira e do homem ideal para o Brasil. Na página 12 da cartilha, a ilustração conta com um relógio e uma ampulheta, que representam a hora e o momento histórico do Brasil, enquanto uma fila de homens e mulheres (vale ressaltar que são todos brancos) caminham em direção ao relógio. A imagem vem acompanhada do trecho:

“A hora é de ação clara e direta, de realizações úteis, de trabalho fecundo e criador. Dar todo o prometido à Nação, que espera diretivas sadias, conduzi-la sem tergiversações, resolver e executar acima de sentimentalismos e delongas, é o nosso dever. Havemos de cumprí-lo integralmente, porque o Brasil está de pé, vigilante e disposto a tudo empenhar na conquista do seu destino imortal!”

FIGURA 05: Página 12 da cartilha *A Juventude no Estado Novo*



FONTE: CPDOC/FGV, acervo digital (2023)

O conjunto do texto à ilustração pressupõe que aquele momento histórico necessita do trabalho de todos para crescer o Brasil. Por conseguinte, todos devem estar disciplinados e atuando juntos para fortalecer a nação (por isso as pessoas na fila, caminhando em direção ao relógio, pois “está na hora do trabalho”, a chamada para ação é clara e direta, é momento de trabalho fecundo e criador). Nesse sentido, ilustração e discurso, articulam trabalho e nacionalismo, sendo o trabalho um meio de engrandecer a nação⁹.

⁹ Ao mesmo tempo, é importante chamar atenção para o fato de que os textos presentes na cartilha fazem parte de discursos, manifestos e entrevistas de Getúlio Vargas à imprensa, como já foi dito. Em relação ao texto que está apresentado na página 12 da cartilha, o trecho “o Brasil está de pé, vigilante e disposto a tudo empenhar na

A página 16 é ainda mais explícita em ressaltar a relevância do trabalho. O trecho em destaque, “*O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana!*” é acompanhado da ilustração de uma criança tricotando com a ajuda de uma mulher que possivelmente é sua mãe, ressaltando o significado do trabalho para a formação do caráter humano, como valor essencial, que deve ser ensinado pelos pais às crianças. Assim, chama atenção para o diálogo que deve ser estabelecido entre as instituições Estado, escola e família, caminhando juntas para formar o cidadão útil à nação, ou seja, o trabalhador.

FIGURA 06: Página 16 da cartilha A Juventude no Estado Novo



FONTE: CPDOC/FGV, acervo digital (2023)

Essa incorporação da família (e outras instituições sociais) na educação, colocada pela cartilha, era parte, também, do projeto de alargamento dos raios de ação da educação, apresentada pelo *Manifesto*. A defesa da formação de uma cultura geral brasileira - cívica, patriótica, moderna - perpassava pelo alinhamento das demais instituições sociais e dos meios culturais (imprensa, cinema e rádio) aos fins e objetivos da educação que, por sua vez, corresponderam à política de unificação e uniformização do Estado, em relação à população. Como colocou Kátia Abud (1998, paginação irregular)

As listas de conteúdos, sua distribuição pelas séries da escola secundária, as

conquista de seu destino imortal” parece fundir a figura de Vargas à da nação. Assim, a cartilha também esboça uma propaganda de Vargas enquanto pessoa que está reconstruindo o país, colocando-o de pé e que precisa que a população, como um todo, acompanhe-o nesse sentido. Essa propaganda (que está presente em outros momentos dessa cartilha bem como na cartilha Getúlio Vargas, o amigo das crianças) também era parte das atribuições do DIP, visto que, como foi afirmado anteriormente, exercia papel de propaganda do governo e da personalidade de Vargas.

orientações para o trabalho pedagógico elaborados pelas instituições educacionais durante o período em que Vargas governou, traduziam a preocupação oficial e as discussões que perpassavam os meios intelectuais brasileiros. Mais do que isso, eram um instrumento ideológico para a valorização de um corpus de idéias, crenças e valores centrados na unidade de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a valorização da "democracia racial", que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira¹⁰.

Com isso, como afirmou Dângelo, a educação no *Manifesto* adquiriu “o estatuto de preparação dos indivíduos para o rompimento da identidade de classe em nome da conciliação nacional, o que demandava a extrapolação das aulas para a constituição de meios técnicos que eliminasse a diversidade cultural e, imaginariamente, a luta de classes” (2020, p. 37). Esse estatuto foi incorporado pelo Estado Novo, ficando evidente nas cartilhas, o esforço da criação de uma identidade nacional à serviço das crenças e valores uniformizantes, centrados no Brasil nação.

Essas questões estão presentes na cartilha *A Juventude no Estado Novo*, e em *Getúlio Vargas, o amigo das crianças*, são ainda mais evidentes. Nesta, o nacionalismo parece ter se tornado o fim da educação. O objetivo maior a ser alcançado, seria o de “*plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria Pátria*”¹¹. Essa era a finalidade da educação e de todo o programa do governo do Estado Novo. Nesse sentido, na página 03, a cartilha associa a ideia de que amar ao Brasil é fazer prosperar o próprio país e, conseqüentemente, prosperar a si mesmo, ao destacar o trecho de um discurso de Vargas:

“Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas, o culto da Pátria, trareis para a vida prática as probabilidades do êxito! Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro”.¹²

No trecho, a ideia da necessidade de articulação entre as instituições sobre os objetivos da educação para os objetivos da nação, está novamente presente - tal qual na cartilha *A Juventude no Estado Novo*-, na medida em que afirma que as crianças devem aprender na escola e no lar, o culto à Pátria. A associação entre a prosperidade do Brasil e do próprio indivíduo

¹⁰ ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, nº. 36, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/HKkz5F7FF7gS3ZXFDjhSH4J/?lang=pt>.

¹¹ Trecho de discurso proferido por Getúlio Vargas que se encontra na capa da cartilha *Getúlio Vargas, o amigo das crianças*.

¹² Trecho de discurso proferido por Getúlio Vargas, destacado na página 03 da cartilha *Getúlio Vargas, o amigo das crianças*.

não dizem respeito, somente, ao nacionalismo que devia ser apreendido, mas remete também, à uma disciplina que se deveria ter, uma cooperação, para unidos em um só Brasil, engrandecer a nação. Isso vai ao encontro do fato de o *Manifesto dos Pioneiros* associar, frequentemente, “a preocupação com a criança e seus passos na escola com os valores morais a serem introjetados no trabalhador” (DÂNGELO, 2020, p. 37), que fizeram com que os meios educativos expressassem, cada vez mais, o interesse em moldar a sociedade de maneira mais eficiente, se utilizando, também, de meios técnicos para isso. Diante disso, “ao contrário de uma audiência passiva e obrigatória da escola tradicional, projetava-se uma criança “espontânea, alegre e fecunda”, preparada para obedecer e trabalhar sem a necessidade de um mestre repressor” (*Idem*).

É, nesse sentido, que reforçam, durante toda a cartilha, a criança como futuro da nação e, isso, sendo o motivo de Vargas e seu programa de governo, investirem nela. Tendo em vista que a cartilha é um produto impresso do DIP, responsável pela propaganda do governo, apresenta programas e órgãos do Estado, desenvolvidos para as crianças, à exemplo do Departamento Nacional da Criança que, segundo a cartilha, demonstra a preocupação de Vargas com as crianças e, conseqüentemente, com o futuro da nação. Trazendo fotografias diversas de Vargas em meio às crianças, afirma que entre elas, o chefe de Estado “sente-se em face do Brasil de Amanhã! Cada criança daquelas é uma luz que iluminará no futuro os novos caminhos do Brasil. Cada um daqueles meninos será um operário, um soldado, um marinheiro que estará à postos para defender o Brasil” (p. 10).

FIGURA 07: Fotografias presentes na cartilha *Getúlio Vargas, o amigo das crianças*



FONTE: CPDOC/FGV, acervo digital (2023)

A cartilha destaca, ainda, a criação de uma nova instituição que vinha para corroborar com a escola e a família, a incorporação do amor à Pátria e de seus valores, nos jovens e nas

crianças. A Juventude Brasileira, que tem sua relevância e atuação sendo explicadas durante 14 páginas seguidas da cartilha, é apresentada, na página 13, como “Forja de civismo, escola de disciplina, é a sincronização do pulsar de todos os corações patriotas e de tôdas as exaltações cívicas dos moços brasileiros. (...) É o compromisso formal que a mocidade assume para unir-se e constituir a vanguarda da defesa do Brasil”. Na página 22, afirma, também, a importância da Juventude Brasileira como um complemento à educação: “Quando começarem a aprender o ABC começarão também a conhecer a grandeza da Pátria e a preparar-se para melhor servi-la, estudando e amando-a. E mais: disciplinando o espírito para o cumprimento dos seus deveres de brasileiro”.

Nessa perspectiva, reforça os valores da disciplina da juventude com a nação brasileira, para o desenvolvimento e defesa da mesma, por amor à Pátria, mas também porque expressa um dever comum a todos os cidadãos. Esses valores também foram enfatizados em *A Juventude no Estado Novo*, em que, na página 20, imagem e discurso propagam o ideal máximo do nacionalismo, no qual defender a Pátria diz respeito a morrer por ela, caso seja preciso:

“De mim, dou-vos a mais absoluta certeza de não faltar à vocação da minha vida, que é servir à Pátria, dia por dia, hora por hora, de minuto a minuto. Não há hesitações no meu espírito. Prefiro ser eliminado, trucidado, pela ferocidade humana, a ceder, uma linha sequer, na execução do programa de reconstrução moral e material do Brasil, dentro dos postulados de sadio nacionalismo que constituem a estrutura do Estado Novo”

FIGURA 08: Página 20 da cartilha *A Juventude no Estado Novo*



FONTE: CPDOC/FGV, acervo digital (2023)

A cultura geral, proposta pelos escolanovistas no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, caracterizava-se pela “homogeneização do universo social, com o apagamento das diferenças e o ocultamento das contradições, (...) com a criação de um sujeito universal, cunhado à semelhança do burguês ilustrado, dotado de autonomia, capaz de conduzir o processo histórico” (MONARCHA, 1990, p. 81) que se interligou ao projeto nacionalista fundamentado no Estado Novo. Esse, por sua vez,

pressupunha a identificação de todos os membros da sociedade a um destino comum, originado no passado, assim como identificava como nação uma coletividade histórica, um conjunto de valores morais que constituísse um todo orgânico, cujos objetivos se realizavam por meio do Estado: o responsável pela manutenção da ordem moral, o tutor da virtude cívica e da consciência imanente da coletividade. O nacionalismo justificava-se, portanto, na "consciência do atraso”, o que também justificava a defesa do papel predominante do Estado. Ele representava a possibilidade do Brasil superar a distância em relação às nações desenvolvidas, pela modernização. (GOULART, 1990, p. 16)

É, sobretudo, na busca pela unificação do povo a uma identidade nacional, que carregaria os valores necessários para o desenvolvimento do Brasil e seu engrandecimento como nação, que *Manifesto dos Pioneiros* e Estado Novo se encontram nos seus projetos nacionalistas para a educação. Muitas daquelas expectativas lançadas pelos pioneiros no *Manifesto*, ao povo e ao governo, em 1932, se fizeram presentes na agenda da Ditadura Vargasista, principalmente quando se interliga à atuação do DIP, tal qual ocorre com as cartilhas. A tentativa de formação de uma cultura homogênea para o Brasil, que une o povo a um só propósito, é evidente nas cartilhas escolares e teve sua necessidade apontada no *Manifesto*, em relação ao alinhamento dos objetivos e fins da educação aos do Estado. Apesar das diferenças - já que os pioneiros falavam de um governo democrático e o Estado Novo se caracterizava por ser uma ditadura-, a aproximação é maior que a distância, sobre esses projetos educacionais. Como colocou Dângelo (2020, p. 94), ao analisar as questões que cercaram a radiodifusão educativa entre 1920-40,

no que se refere a transformar diferenças e conflitos socioculturais em padronização de comportamentos dos ouvintes, a dicotomia entre Estado Novo e Estado Liberal só pode ser admitida no plano do discurso de seus protagonistas para justificar, em nível do imaginário social, a inauguração, em 1937, de um Estado eficiente na condução das massas, ou de leituras históricas e pedagógicas que atribuem ao Estado Novo a condição de baluarte do autoritarismo e da negação das “boas intenções” dos escolanovistas. (...) em vez de ruptura, houve uma continuidade dessas investidas no social.

Considerações Finais

O governo Vargas (1930-45) ficou marcado pelo *slogan* do nacionalismo e da busca pela modernização brasileira. Os setores intelectuais que antes já demonstravam sua insatisfação com a maneira pela qual o país caminhava durante a Primeira República viram, neste governo, a possibilidade de mudança da realidade brasileira e iniciaram a elaboração de um projeto de nação que reivindicava ao Estado, a realização de suas expectativas. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), nesse sentido, apresentou as demandas dessa intelectualidade em relação à educação. Previa-se um sistema de ensino nacionalista (conectado ao programa mais amplo do Estado), que visava formar uma cultura geral brasileira, única, que homogeneizasse a população em um paradigma de trabalhador para um Brasil nos moldes capitalistas e modernos. A divulgação desse projeto, via imprensa, se deu na medida em que se compreendia a importância dela para formação de uma opinião pública, de consenso amplo, por conseguinte, buscavam adquirir apoio de um grupo mais amplo de pessoas e, ao mesmo tempo, convencer o governo de seu projeto contra a permanência da escola tradicional predominante durante a República Oligárquica.

O Estado Novo (1937-45) abraçou o projeto de renovação do Brasil, colocando o nacionalismo e a modernidade em seu cerne. A associação educação-imprensa, por meio do DIP foi, assim, a principal estratégia de poder para construir a identidade nacional brasileira e para introjetar, na sociedade, os valores cívico-patrióticos, que associavam trabalho e disciplina ao engrandecimento e modernização da nação como dever do cidadão brasileiro. Uma vez que, para efetivar a renovação e unificação do Brasil, era necessário forjar na mente de toda população a ideologia do Estado penetrando nas escolas e no lar (LORENZ; VECHIA, 2016, p. 07), as cartilhas *A Juventude no Estado Novo* e *Getúlio Vargas, o amigo das crianças*, foram fundamentais. Como demonstrou SCHIMITZ e COSTA (2017, p. 389, 390),

essas fontes não tinham por finalidade apenas difundir no imaginário infantil os pressupostos nacionalistas. Por meio de conteúdos traduzidos em linguagem simples e de fácil acesso, as cartilhas, tais quais outros livretos editados no período, também foram pensadas com o intuito de modelar comportamentos, visões de mundo e de nação consideradas legítimas pelo governo estadonovista.

Procurou-se demonstrar a maneira pela qual os projetos nacionalistas para a educação, do *Manifesto dos Pioneiros* e do Estado Novo, com as cartilhas escolares, se mesclaram (de forma intencional, ou não). Compartilhando praticamente os mesmos valores (com a diferença do governo democrático), colocaram a educação no centro da busca para construção de uma cultura nacional e de uma sociedade ideal, civilizada, nos parâmetros modernos, para um “Brasil novo”. Esse desejo pelo Brasil capitalista, civilizado e moderno (portanto,

regenerado), determinava o papel imprescindível à educação enquanto instrumento de poder que deveria moldar o caráter dos futuros brasileiros, formando, ao mesmo tempo, o trabalhador útil para a nova nação e compatível com os valores morais que fundamentavam a mesma. Assim sendo

o tema da educação nacional foi situado no cerne de uma utopia aberta de natureza produtivista e nacionalista, assentada em uma identidade nacional, ora a ser descoberta, ora a ser construída. Nesse novo evangelho explicitador de um pensamento social engajado na ação e mudança, o tema da educação desfruta de centralidade, sendo concebido como centelha que apreende uma teleologia empiricamente dada e atalho que conduz à nova sociedade. (MONARCHA, 1999, p. 67)

Se esses projetos foram, ou não, efetivos em relação à penetração nas escolas e na mentalidade infantil, daquele período, nessa pesquisa, não foi possível dimensionar. Não se sabe de que maneira as cartilhas escolares *A Juventude no Estado Novo* e *Getúlio Vargas, o amigo das crianças* foram distribuídas, quais regiões do país alcançaram e em quantas escolas foram utilizadas como material didático. Além disso, apesar do fato da centralização autoritária e da redefinição dos canais de acesso e influência da Ditadura Vargasista, terem se ancorado na constituição de um aparato burocrático que cooptou a intelectualidade (que esteve em torno da criação do *Manifesto dos Pioneiros*) à atuação no Estado Novo (GOULART, 1990, p. 31), não foi possível analisar, se nas escolas, a incorporação do currículo proposto pelos escolanovistas foi bem sucedida.

Todavia, o fato é que, como meros projetos ou como realidade das escolas do período analisado, *Manifesto* e Estado Novo (por meio das cartilhas escolares), nesse contexto, elegendo a criança como futuro da nação, fizeram da educação um instrumento de poder fundamental para a finalidade da renovação brasileira e da constituição de uma visão hegemônica acerca da nação e da sociedade. Ademais, através das crianças, acreditavam na possibilidade de penetrar esses ideais nos diversos lares brasileiros, articulando a educação à família e demais instituições sociais. Alinhou-se, portanto, a educação ao Estado, e as demais instituições a ambos, a fim de formar o brasileiro ideal (trabalhador, cívico-patriótico, que não contestaria o poder da Pátria e de tudo que se deveria fazer para o bem dela) para o Brasil idealizado (nacionalista, moderno, renovado).

FONTES

A Juventude no Estado Novo. CPDOC/FGV. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>.

Getúlio Vargas, o amigo das crianças. CPDOC/FGV. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>.

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) - A RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL - AO POVO E AO GOVERNO. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. especial, p. 188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, nº. 36, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/HKkz5F7FF7gS3ZXFDjhSH4J/?lang=pt>.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DÂNGELO, Newton. **Escolas sem professores: rádio e educação a distância no Brasil nas décadas de 1920-40.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2020.

FAUSTO, BORIS. A Vida Política. In: GOMES, Ângela de Castro. **Olhando para Dentro** – v 4. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2013.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FILHO, João Cardoso Palma. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas.** Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/107>.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C. de e COSTA, W. P. da (orgs.) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. Pp. 93-114.

LORENZ, K.M. & VECHIA, A. **A educação a serviço do Estado Novo no Brasil (1937-1945): políticas e práticas educativas**. The XI Luso-Brazilian Congress on the History of Education, Porto, Portugal, June 20-23, 2016. Disponível em: https://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac/243/.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

MONARCHA, Carlos. Notas sobre a educação nacional na “Era Getuliana”. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas (6): 57 – 68, outubro de 1999.

SCHIMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Educação, infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 377-404, jan./abr. 2017.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1. Pp. 351-386.